

## ATA DA X REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Às nove horas e cinquenta minutos do dia primeiro de dezembro do ano de 2003 teve início a 10ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, realizada no Auditório 1, Ibama Sede, Brasília – DF. O Dr. **João Bosco Senra**, Secretário Executivo do CNRH, agradeceu as presenças para esta última reunião do ano de 2003, fez comentários sobre a extensa pauta a ser cumprida e, confirmando-se a presença de 34 conselheiros, solicitou o início dos trabalhos. Em prosseguimento, o Dr. **Roberto Monteiro** leu os informes. O Dr. **João Bosco** deu então posse aos novos conselheiros, naquela oportunidade os Srs. Byron Prestes Costa e Jorge Barbosa Pontes – Ministério da Justiça, as Sras. Tânia Maria Brizolla e Mara Flora Lottici Hrahl - Ministério do Turismo, o Sr. Márley Caetano de Mendonça - Ministério do Meio Ambiente, o Sr. Luiz Sutti – segmento dos irrigantes, a Sra. Cândida Maria Cervieri - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a Sra. Ana Elisa Xavier de Oliveira e Dias - Ministério da Ciência e Tecnologia, os Srs. Amílcar Gonçalves Guerreiro e Gualter de Carvalho Mendes - Ministério de Minas e Energia, o Sr. Luiz Roberto Santos Moraes – segmento dos prestadores de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário e o Sr. Antônio Divino Moura - Ministério da Agricultura. Dando continuidade, o Secretário Executivo consultou sobre a existência de requerimentos de urgência e foi informado que havia 4, sendo dois encaminhados pela CT de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos - CTCOB e dois, pela CT de Águas Subterrâneas – CTAS, todos devidamente acompanhados das assinaturas requeridas pelo Regimento Interno do CNRH. Com a palavra, o Conselheiro **Jerson Kelman** se mostrou contrário ao acatamento do regime de urgência para a análise da proposta de resolução relacionada às prioridades para aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso da água ao setor hidrelétrico, relativa ao inciso II do art. 22 da Lei nº 9.984, de 2000, objeto de um dos requerimentos oriundos da CTCOB. Questionou se a matéria não teria que ter passado por análise prévia da Consultoria Jurídica do Ministério do Meio Ambiente – CONJUR/MMA. O Dr. **João Bosco** explicou que o encaminhamento das deliberações do CNRH para análise da CONJUR/MMA sempre ocorria após as respectivas aprovações pela Plenária, como um procedimento adotado pela Secretaria Executiva e requerido pelo próprio MMA. Em seguida, em função dos questionamentos e para maiores esclarecimentos sobre o conteúdo dos requerimentos encaminhados pela CTCOB, foi convidado o Presidente da CT, Dr. **Décio Michellis**, que fez relato sobre os trabalhos desenvolvidos no âmbito da Câmara para elaboração das propostas de resolução encaminhadas, destacando os motivos do envio por requerimento de urgência. O Conselheiro **Jerson Kelman** ratificou seu posicionamento anterior e propôs o não acatamento da urgência do requerimento. O Dr. João Bosco colocou a matéria em votação e o Plenário foi favorável aos argumentos apresentados pelo Conselheiro Kelman, votando contra a aprovação daquele requerimento de urgência. O outro requerimento encaminhado pela CTCOB foi deferido e, portanto, a respectiva matéria incluída em pauta. Por solicitação do Conselheiro **Flavio Neiva**, o Dr. João Bosco comunicou os procedimentos futuros sobre a matéria motivo do requerimento rejeitado: deverá ser incluída, obrigatoriamente, como assunto de pauta para a próxima reunião do CNRH. Em seguida, apresentou as duas moções, motivo dos requerimentos de urgência submetidos pela CTAS. Devido à ausência do Presidente da CTAS, encaminhou-as diretamente para debate. Com a palavra a Conselheira **Patrícia Boson** que, referindo-se ao requerimento contendo proposta de moção dirigida ao CONAMA sobre a revisão da sua Resolução nº 20, de 1986, informou sobre a retirada do tema da pauta da reunião daquele Conselho prevista para o próximo dia dez de dezembro. Dito isso, consultado o Plenário, ficou decidido o não acatamento do regime de urgência para análise da citada proposta de moção. Por conseguinte, foi

55 recomendado o retorno dessa proposta para nova análise no âmbito da CTAS.  
56 Passando ao outro requerimento apresentado pela CTAS trazendo proposta de moção  
57 dirigida ao CT-Hidro, a Conselheira **Ninon Machado** lembrou da pertinência entre o  
58 tema da proposta e os assuntos debatidos durante a Conferência Nacional do Meio  
59 Ambiente – CNMA e propôs que fossem trazidas ao Plenário as conclusões obtidas na  
60 Conferência para abordagem do assunto. O Conselheiro **Sanderson Medeiros** disse  
61 que a proposta de moção foi por ele sugerida na CTAS, fez considerações em defesa  
62 da sua pertinência e lembrou sobre a importância de seu encaminhamento em tempo  
63 hábil para a próxima reunião do CT-Hidro; com isso, concluiu, não haveria tempo para  
64 aguardar as deliberações da CNMA. Neste momento, o Secretário **João Bosco** colocou  
65 em votação e foi aprovado o regime de urgência para discussão dessa matéria na  
66 reunião. Em seguida solicitou a leitura da nova ordem do dia, modificada com a  
67 inclusão em pauta das matérias encaminhadas por requerimento de urgência. Assim  
68 sendo, passou-se ao **Item 1** da nova ordem do dia: aprovação da minuta de ata da  
69 XII Reunião Extraordinária. Depois de acatadas modificações propostas pelos  
70 conselheiros Maurício Meirelles, Julio Thadeu, Maria Cristina Yuan e Ninon Machado, a  
71 ata foi aprovada por unanimidade. Em seguida foi dado início às apresentações  
72 previstas no item 2 da ordem do dia, iniciando-se pelo **Item 2.1**: Anteprojeto de Lei  
73 que dispõe sobre a gestão, a organização e o controle social das Agências  
74 Reguladoras. A apresentação foi proferida pelo Dr. Luiz Alberto Santos, Sub-Chefe de  
75 Coordenação da Ação Governamental da Casa Civil da Presidência da República. Em  
76 sua palestra, o Dr. Luiz Alberto referiu-se à criação de grupo de trabalho para a  
77 elaboração de relatório sobre o papel das agências reguladoras. Ressaltou que duas  
78 agências serão objeto de discussão específica, a ANCINE e a ANA. Informou sobre a  
79 existência de dois Projetos de Lei em estudo, ambos no âmbito do marco regulatório  
80 do saneamento e teceu comentários sobre as diversas modificações a serem  
81 propostas em seu bojo. Ao final, foi aberta a palavra para dúvidas e comentários. A  
82 Conselheira **Patrícia Boson** comentou sobre a especificidade da ANA em relação às  
83 demais agências e censurou uma vinculação com atribuições do setor de saneamento,  
84 tendo em vista a questão dos múltiplos usos da água. Sugeriu que os debates  
85 condizentes à ANA deveriam ser trazidos para o âmbito do CNRH e suas Câmaras  
86 Técnicas. Abordou também questões ligadas ao contingenciamento dos recursos  
87 oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos. O Conselheiro **Jerson Kelman**  
88 comentou sobre as duas formas de receitas oriundas do pagamento pelo uso da água;  
89 disse entender que a cobrança por ele denominada “condominial” não deveria ser  
90 passível de contingenciamento pela sua característica eminentemente voluntária. Com  
91 a palavra, face os questionamentos, o Dr. Luiz Alberto discorreu sobre a definição da  
92 natureza jurídica das Agências de Água, particularmente o caso do CEIVAP, antevendo  
93 uma solução para os próximos dias. Sobre o contrato de gestão entre a ANA e as  
94 Agências ou entidades delegatárias das suas funções disse que também uma solução  
95 deveria ocorrer em breve. Finalizando, salientou que a função dos conselhos é de  
96 atuar no processo de formulação das políticas, mas que, no entanto, há também a  
97 necessidade de se estabelecer relação entre os entes do estado e o conjunto da  
98 sociedade. Agradeceu então a oportunidade e encerrou sua participação. O Secretário  
99 **João Bosco** retomou a direção dos trabalhos propondo inversão de itens de pauta  
100 referentes às apresentações. Com a aceitação dos conselheiros presentes passou  
101 diretamente para o **Item 2.4** da nova ordem do dia: apresentação sobre o PL nº  
102 1.616, de 1999, que dispõe sobre a gestão administrativa e a organização  
103 institucional do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH,  
104 proferida pelo Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados, Dr. José de Senna  
105 Pereira. Em sua palestra, o Consultor apresentou histórico do PL dentro da Câmara,  
106 destacando os passos percorridos e os próximos a serem dados. Comentou  
107 rapidamente sobre seu papel no assessoramento técnico dos deputados. Disse que,  
108 em 3 de setembro de 2002, o substitutivo do Deputado Fernando Gabeira teria sido

109 encaminhado à Comissão de Minas e Energia e, até a presente data, não havia sido  
110 alterado. Aproveitou a oportunidade para apresentar sugestões tentativas para tentar  
111 acelerar a tramitação do PL. Abertos os debates, o Dr. **João Bosco** falou sobre a  
112 pretensão de convidar o atual Relator do PL na Comissão de Minas e Energia, Dep.  
113 João Pizzolatti, para debate no âmbito do CNRH, como forma de promover uma nova  
114 interação entre o Conselho e os trabalhos de elaboração do seu substitutivo. Informou  
115 sobre o debate do PL em andamento no âmbito da CT de Assuntos Legais e  
116 Institucionais – CTIL, com a intenção de formulação de propostas auxiliares ao  
117 trabalho do Deputado, a serem encaminhadas após aprovação dessa Plenária. O  
118 Conselheiro **Francisco Evangelista** lembrou que o previsto no atual substitutivo do  
119 PL com relação à aplicação dos recursos oriundos da cobrança exclusivamente na  
120 bacia de origem iria de encontro ao entendimento do CEIVAP. Sugeriu o  
121 encaminhamento de moção ao atual relator do PL nº 1.616. O Dr. João Bosco, por sua  
122 vez, recomendou que fosse aguardada a finalização dos trabalhos da CTIL. O  
123 Conselheiro **Francisco Lahóz** observou que as sugestões ao PL preparadas e  
124 encaminhadas pelos consórcios intermunicipais de bacias hidrográficas não teriam  
125 sido acatadas pelo relator, principalmente no que diz respeito à proposta de criação  
126 de um Fundo de Recursos Hídricos. Perguntou ao Dr. Senna se o PL poderia conter  
127 dispositivos que viessem a garantir o retorno dos recursos da cobrança para as bacias  
128 onde foram captados. O Dr. **Senna** disse que, para tanto, deveriam ser propostas  
129 modificações na Lei nº 9.433, de 1997. Comentou que, conforme atualmente previsto,  
130 o recurso deve ser recolhido ao Tesouro Nacional. Opinou que esses recursos não  
131 poderiam ser considerados como tributos, mas ressaltou a inexistência de legislação  
132 específica sobre o tema. O Conselheiro **Isidoro Zorzi** questionou sobre o destino das  
133 sugestões encaminhadas pelos comitês à Secretaria Executiva. O Dr. **João Bosco**  
134 disse que as mesmas teriam sido encaminhadas à CTIL. O Conselheiro **Jerson**  
135 **Kelman** disse que a questão do retorno dos recursos à bacia de origem, além da  
136 necessidade de harmonia na gestão de bacias de rios de distinta dominialidade  
137 localizados em uma mesma bacia, teriam sido temas sugeridos pela ANA para debate  
138 no âmbito do CNRH. Questionou o Dr. Senna sobre alternativas para a solução do  
139 problema do contingenciamento dos recursos da cobrança, além da proposta de  
140 criação de uma nova fonte para abrigá-los. O Dr. **Senna** contrapôs com a dificuldade  
141 de se estabelecer, através de uma lei, dispositivos prevendo o não contingenciamento  
142 de recursos. Encerrada a apresentação, o Dr. **João Bosco** agradeceu a presença do  
143 Consultor José de Senna. Dando prosseguimento, às 12:20 horas, o Conselheiro  
144 **Jerson Kelman** iniciou sua apresentação conforme **Item 2.2** da nova ordem do dia:  
145 situação da implementação do Sistema e da Política Nacional de Recursos Hídricos. O  
146 Conselheiro Kelman focou sua apresentação (**Anexo II**) nas questões que envolvem a  
147 bacia do rio Paraíba do Sul. Voltou a insistir que temas como a relação entre rios de  
148 distintas dominialidades em uma mesma bacia hidrográfica deveriam ser trazidos para  
149 debate no âmbito do CNRH. Sugeriu a elaboração e encaminhamento das seguintes  
150 moções: a) sugestões de aperfeiçoamento de projeto de lei em tramitação visando  
151 assegurar que toda a arrecadação oriunda da cobrança pelos recursos hídricos nos  
152 rios de seu domínio retorne à bacia onde os recursos foram arrecadados, dirigida à  
153 Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo; b) aos governadores de Minas Gerais,  
154 Rio de Janeiro e São Paulo, sugerindo sancionar decreto para implantação da cobrança  
155 pelo uso dos recursos hídricos nos respectivos estados. Teceu críticas ao item 5 da  
156 pauta: apreciação sobre a proposta orçamentária da ANA para o ano de 2004;  
157 lembrou que o CNRH é nacional e não federal e, dessa forma, os estados também  
158 deveriam prestar informações sobre a utilização dos recursos vinculados com a  
159 compensação financeira. Disse que o Conselho deveria se abster de deliberar sobre  
160 temas dirigidos exclusivamente aos rios de domínio da União. O Secretário **João**  
161 **Bosco** concordou com os temas sugeridos pelo Conselheiro para compor a agenda  
162 futura do CNRH. O Conselheiro **Francisco Lahóz** informou sobre sua intenção de

163 apresentar, ainda nesta reunião, proposta de moção dirigida à Assembléia Legislativa  
164 de São Paulo, com o mesmo teor proposto pelo Conselheiro Kelman. O Conselheiro  
165 **Shelley de Souza** comunicou que Minas Gerais já possuía decreto aprovado para a  
166 viabilizar a implantação da cobrança nos rios de seu domínio. Destacou a importância  
167 do debate conjunto dos problemas dos estados e da União relativos a recursos  
168 hídricos. Nesta linha, relatou sobre os entendimentos em andamento com o Estado de  
169 São Paulo relacionados à bacia dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí. O Conselheiro  
170 **Rui Brasil** informou sobre convênio de integração assinado entre a ANA e os estados  
171 no âmbito do Paraíba do Sul, e ainda, fez comentários sobre a Lei que trata  
172 implantação da cobrança, em tramitação no estado de São Paulo. O Conselheiro **Julio**  
173 **Thadeu** observou que o momento atual do CNRH trazia um fluxo maior de temas  
174 ligados à prática da gestão, em contraponto aos momentos iniciais, caracterizados  
175 pelo debate de temas de cunho conceitual. Opinou que a responsabilidade pela  
176 definição da pauta do CNRH deveria ser assumida por todos os Conselheiros,  
177 enquanto a Secretaria Executiva deveria manter uma postura de neutralidade. Fez  
178 menção sobre a rotina adotada pela Secretaria Executiva de consulta aos conselheiros  
179 quando da elaboração da pauta das reuniões, destacando também o Ofício nº  
180 112/2003/CNRH/MMA (**Anexo III**), de consulta sobre sugestão de temas de pauta  
181 para o ano de 2004. O Conselheiro **Oscar Cordeiro** solicitou a palavra e passou-a  
182 para a Dra. **Marilene Ramos** que teceu comentários sobre a cobrança implementada  
183 no âmbito do CEIVAP, observando que o estado do Rio de Janeiro pretendia promover  
184 sua extrapolação para os rios de seu domínio. Em concordância com o Conselheiro  
185 Kelman, sugeriu que os demais estados da bacia do Paraíba do Sul, Minas Gerais e  
186 São Paulo, também estendessem a cobrança para os rios de seu domínio na bacia. O  
187 Conselheiro **Jairo Lousa** discordou de colocações feitas pelo Conselheiro Kelman  
188 quando insinuou que pessoas e setores estariam tentando impedir os avanços da  
189 cobrança no País. Relatou sua assídua participação nos trabalhos da CT de Cobrança  
190 pelo Uso de Recursos Hídricos - CTCOB e solicitou registro que o setor dos irrigantes,  
191 por ele representado neste CNRH, estaria apoiando as ações para esta  
192 implementação. A Conselheira **Patrícia Boson** externou suas preocupações  
193 referentes a titularidade dos corpos de água que não condizem com os verdadeiros  
194 problemas existentes para a implementação do SINGREH. Disse que o problema  
195 estaria na ortodoxia administrativa e financeira instalada no País e sobre a qual o  
196 representante da Casa Civil acabara de apresentar. Afirmou que estaria ocorrendo  
197 uma visão errada da cobrança, que atualmente sustenta o contingenciamento dos  
198 recursos financeiros, e que essa sim, se constituiria na verdadeira proposta de  
199 “colocar mais sebo no pau de sebo”. Com relação a questão da dupla dominialidade,  
200 no entender da conselheira, se constituiria em elemento de fortalecimento da gestão  
201 descentralizada, na medida em que a União compartilharia com as diversas unidades  
202 da federação a gestão dos recursos hídricos. O Conselheiro **Antônio Evangelista**  
203 ressaltou a importância fundamental que o CNRH desempenha na construção da  
204 gestão e da política de recursos hídricos, destacando os trabalhos coerentes e  
205 responsáveis desenvolvidos no âmbito das suas Câmaras Técnicas e Grupos de  
206 Trabalhos. Teceu comentários sobre instrumentos de deliberação utilizados pelo  
207 CNRH, destacando a característica salutar que uma moção possui. O Conselheiro  
208 **Flávio Neiva** concordou com o Conselheiro Antônio Evangelista no que tange as  
209 ações das CTs, destacando a importância, no momento atual, de uma visão nacional  
210 quando da análise de matérias no âmbito das CTs. A Conselheira **Cristina Yuan**, em  
211 relação à cobrança em rios da Bacia do Paraíba do Sul de dominialidade dos estados,  
212 informou que o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro já havia  
213 aprovado Resolução instituindo a cobrança em águas de domínio desse Estado na  
214 bacia do Paraíba do Sul. Sobre as críticas feitas à atuação das CTs do CNRH, disse que  
215 a ANA participa de todas elas, onde os assuntos são motivo de debates calorosos, mas  
216 sempre tomando-se o cuidado para que tanto as Câmaras como o CNRH não

extrapolem o âmbito das respectivas competências, razão pela qual não procediam as críticas feitas pelo Conselheiro Kelman, mas ressaltou a importância de se avaliar a condução das atividades das CTs, como forma de se aprimorar o processo. Destacou ainda que a instância deliberativa das matérias é a Plenária do CNRH, não suas Câmaras Técnicas. Finalizando as intervenções, o Conselheiro **Mauro Viegas** noticiou sobre a aprovação de quatro comitês durante os quatro meses do seu mandato como Presidente do CERH/RJ. Respondendo as diversas manifestações, o Conselheiro **Jerson Kelman** disse que o pano de fundo para o CNRH em suas ações de integração deveria ser o art. 4º da Lei nº 9.433, de 1997, que define como papel da União “articular-se com os estados tendo em vista o gerenciamento dos recursos hídricos de interesse comum”. Ratificou a importância do CNRH assumir sua condição de nacional. Aplaudiu a sugestão feita pela Conselheira **Ninon Machado** para convidar representante da Secretaria de Orçamento Federal – SOF, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para prestar esclarecimentos sobre a origem dos recursos do Tesouro repassados à ANA. Concluindo, solicitou que as críticas por ele trazidas nesta reunião fossem entendidas como construtivas. O Dr. João Bosco agradeceu o Conselheiro Kelman e propôs pausa para almoço. No retorno, o Dr. **João Bosco** deu continuidade à apresentação prevista no item 2.2, desta feita com palestra por ele proferida na qualidade de Secretário de Recursos Hídricos do MMA (**Anexo IV**). Comentou inicialmente sobre o sucesso da Conferência Nacional do Meio Ambiente - CNMA e que o objetivo de abordar e votar todas as matérias propostas teria sido atingido; disse ainda que o slogan da Conferência “Vamos cuidar do Brasil” justificou-se plenamente. Relatou que todo o processo desencadeado para consecução da Conferência havia envolvido um total aproximado de 5 milhões de pessoas. Concluiu constatando que um passo importante teria sido dado na construção da política ambiental do Brasil. Prosseguindo, fez explanação sobre os projetos em andamento na SRH/MMA, suas características e abrangências, destacando sempre os objetivos pretendidos ligados à inclusão social, além da importância da transversalidade nos projetos ligados ao meio ambiente. Informou sobre a árdua tarefa em andamento na SRH/MMA para aprovação e encerramento de uma herança de 417 processos de convênios. Finda a apresentação, a Conselheira **Ninon Machado** solicitou que as deliberações ou anais da CNMA fossem trazidas ao Plenário CNRH, para considerações em pautas oportunas. Dando continuidade a reunião, o Secretário Executivo do CNRH passou para o **Item 2.3** da ordem do dia: Avanços na elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos – PNRH, sob a responsabilidade do Conselheiro **Oscar Cordeiro**, Presidente da CT do Plano Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH. Disse o Presidente da CTPNRH que a Câmara vinha acompanhado a elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos e que caberia ao CNRH a sua aprovação. Opinou que o PNRH deveria ter sido elaborado logo após a promulgação da Lei nº 9.433. Fez então um breve histórico sobre os avanços em sua elaboração, iniciada em dezembro de 2000 com a aprovação, no âmbito da CTPNRH, das diretrizes elaboradas e propostas pelo Dr. Flavio Terra Barth. Em seguida, prosseguiu, foi criado o GTCE – Grupo Técnico de Elaboração do PNRH, integrado por representantes da SRH/MMA e ANA, uma parceria que, com recursos próprios, propiciou a produção dos atuais documentos. Explicou que a ampliação da composição do CNRH e o ingresso de novos membros na CTPNRH neste ano de 2003 teriam imposto uma revisão dos trabalhos então elaborados. Disse ainda que, por sua vez, também a aprovação da Divisão Hidrográfica Nacional - DHN havia exigido tempo para modificações no conteúdo do documento. Comentou a pretensão da CTPNRH de, em reunião a ser realizada em fevereiro ou março de 2004, validar o atual documento base do Plano. Assim sendo, solicitou aos conselheiros críticas ao documento base entregue nesta reunião, na forma de CD-Rom, e propôs a data limite de 31 de janeiro de 2004 para tanto. Teceu considerações sobre a cartilha do PNRH, distribuída durante a CNMA e também aos Conselheiros, nesta reunião. Informou que a próxima etapa na

271 elaboração do PNRH seria a proposição de cenários, com o emprego da metodologia  
272 de cenarização prospectiva. Apresentou ainda um cronograma tentativo para 2004  
273 para a elaboração do Plano, afirmando que, de forma otimista, o documento final  
274 deveria ser trazido ao CNRH até o final do ano 2004. Retomando a palavra, o Dr.  
275 **João Bosco** parabenizou toda a equipe responsável pela elaboração do documento  
276 que estava sendo entregue e lembrou do desafio da sua conclusão até o final de 2004.  
277 O Conselheiro **Oscar Cordeiro** solicitou ao Dr. Marco Neves, da SRH/MMA, que  
278 complementasse suas palavras. O Dr. **Marco Neves** observou que os trabalhos de  
279 elaboração do PNRH estariam trazendo inovações na construção de cenários.  
280 Destacou a intenção de levar os debates sobre o Plano para o âmbito das regiões  
281 hidrográficas determinadas na DHN. Neste momento, findas as apresentações  
282 previstas, o Dr. João Bosco passou ao **Item 3.1** da nova ordem do dia: análise da  
283 proposta de resolução que estabelece as prioridades para aplicação dos recursos  
284 oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos para o exercício de 2004 (**Anexo**  
285 **V**). Neste momento, foi solicitada a verificação de quorum pelo Conselheiro **Shelley**  
286 **de Souza**, quando foi verificada a presença de 30 conselheiros votantes. Para  
287 apresentar o item 3.1 foi convidado o Dr. **Décio Michellis**, Presidente da CTCOB. O  
288 Dr. Décio solicitou permissão para também abordar na oportunidade o item 5 da  
289 pauta, devido à pertinência dos temas, no que foi atendido. Iniciou relatando os  
290 procedimentos adotados para análise, no âmbito da CTCOB, do Ofício nº  
291 561/2003/DP-ANA (**Anexo VI**), encaminhado em resposta ao Ofício nº  
292 080/2003/CNRH/MMA (**Anexo VII**). Informou que o citado ofício havia sido  
293 encaminhado pela Secretaria Executiva à CTCOB, com solicitação de análise e  
294 elaboração de parecer a ser apresentado nesta reunião plenária do CNRH. Disse que,  
295 durante os debates e na elaboração da nota técnica (**Anexo VIII**) na CTCOB, foi  
296 verificada a oportunidade de proposição de uma resolução do CNRH tratando da  
297 regulamentação da utilização dos 7,5% que se destinariam ao “pagamento de  
298 despesas de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes  
299 do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos” (inciso II, art. 22, da  
300 Lei nº 9.433, de 1997). Destacou ainda a elaboração de uma outra proposta de  
301 resolução, motivo do requerimento de urgência rejeitado no início desta reunião, que  
302 teria o objetivo de complementar esta agora em análise. Explicou que as propostas de  
303 resolução foram analisadas pela CTIL, em sua 55ª reunião, realizada no dia 26 de  
304 novembro último. Portanto, justificou, a CTCOB entendeu como pertinente  
305 encaminha-las para análise nesta plenária na forma de requerimento de urgência,  
306 cumprindo o estabelecido no art. 14 do Regimento Interno do CNRH. O Dr. **João**  
307 **Bosco** agradeceu ao Presidente da CTCOB e colocou a matéria em discussão. O  
308 Conselheiro **Jerson Kelman** destacou como oportuna a proposta de resolução e  
309 sugeriu modificações no texto do seu artigo 2º, além da exclusão do parágrafo único  
310 do artigo 1º, por não concordar com a aplicação dos recursos da cobrança oriundos do  
311 setor elétrico unicamente na bacia de origem devido à sua característica nacional e  
312 involuntária. Com a palavra, o Dr. **Décio Michellis** ponderou que a cobrança ao setor  
313 elétrico seria a grande alavanca do sistema de gerenciamento de recursos hídricos.  
314 Destacou as resoluções aprovadas pelo Conselho Estadual de Santa Catarina, nas  
315 quais fica evidente o desejo do Estado de participar no estabelecimento de prioridades  
316 para aplicação dos recursos oriundos do setor elétrico em barramentos existentes nos  
317 rios de seu domínio. Complementarmente, a Conselheira **Patrícia Boson** disse,  
318 referindo-se ao art. 2º da proposta, que a ANA só arrecadaria e aplicaria em rios de  
319 domínio da União. Disse entender que a resolução estaria dando indicações aos  
320 respectivos conselhos estaduais. O Conselheiro **Jerson Kelman** disse que o CNRH  
321 não deveria editar resoluções visando somente os rios de domínio da União. Disse que  
322 os órgãos estaduais também são integrantes do SINGREH. Após novos debates, o Dr.  
323 **João Bosco** colocou a matéria em votação, quando a resolução foi aprovada por  
324 unanimidade. Em seguida foram votados os destaques, tanto para o parágrafo único

do art. 1º, quanto para o caput do art.2º, que não obtiveram aprovação. A proposta de resolução foi então aprovada da forma encaminhada pela CTCOB. Passou-se então ao **Item 3.2** da nova ordem do dia: análise da proposta de resolução para definição de suplências para as Câmaras Técnicas do CNRH (**Anexo IX**). O Dr. João Bosco chamou o Presidente da CTIL, Conselheiro **Julio Thadeu**, para apresentação da proposta. O Conselheiro relatou os trabalhos desenvolvidos no âmbito da CTIL para proposição das suplências para substituição progressiva das vagas nas CTs, surgidas em função de exclusões motivadas por faltas nas reuniões, conforme previsto no Regimento Interno. Disse que a CT havia tomado como base os pleitos de participação não atendidos quando da elaboração da proposta de composição que originou a Resolução CNRH nº 33, de 2003. O Conselheiro **Célio Augusto** propôs alteração na ordem proposta para suplências na CTAS, justificando com a experiência do DNOCS sobre o assunto. O Conselheiro **Julio Thadeu** reforçou os critérios adotados na CTIL para consecução da proposta e opinou que todos os pleitos de modificação seriam justos. Colocou a decisão por modificações nas mãos da Plenária. O Secretário Executivo colocou então a matéria em votação e a proposta de resolução foi aprovada por unanimidade na forma apresentada pela CTIL (**Anexo X**), rejeitado o destaque apresentado pelo Conselheiro Célio Augusto. Dando prosseguimento, o Dr. **João Bosco** passou ao **Item 3.3** da nova ordem do dia: análise da proposta de resolução que estabelece critérios gerais para a outorga de uso dos recursos hídricos para a implantação de barragens. A Dra. Leila Gomes, Presidente da CT de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras – CTPOAR, foi convidada a apresentar a matéria. A Dra. Leila destacou os trabalhos realizados no âmbito de Grupo de Trabalho da CTPOAR e o extenso debate que a proposta de resolução teria passado na Câmara. Após a apresentação, o Conselheiro **Jerson Kelman** parabenizou a CTPOAR pela elaboração da proposta e sugeriu alterações no seu texto. A Conselheira **Cristina Yuan** também apresentou sugestões para o conteúdo da resolução. O Conselheiro **Hernani Fortuna** fez considerações sobre conflitos existentes entre o setor de transporte hidroviário e a construção de barragens e também fez sugestões à proposta de resolução. A Dra. **Leila Gomes** teceu comentários sobre a responsabilidade do órgão outorgante ao permitir a construção de uma barragem. Aproveitando a oportunidade, também propôs modificações no texto, mais precisamente no inciso VII do art. 2º, que teria sofrido alteração quando da análise no âmbito da CTIL. Ainda durante os debates, a Conselheira **Cristina Yuan** solicitou verificação do quorum da reunião. Foi verificada a presença de 25 conselheiros votantes, o que, conforme estabelecido no Regimento Interno, determinaria a suspensão da análise de matérias deliberativas na reunião. Dessa forma, o Dr. **João Bosco** declarou suspensa a sessão deliberativa dessa X Reunião Ordinária do CNRH. A Conselheira **Cristina Yuan**, aproveitando a oportunidade, lembrou que Regimento Interno do CNRH exigia que as matérias de caráter deliberativo tivessem precedência sobre as demais previstas na ordem do dia. A análise da proposta de resolução encaminhada pela CTPOAR, referente ao item 3.3 da nova ordem do dia, foi suspensa, e as sugestões apresentadas consolidadas conforme **Anexo XI**. Dando prosseguimento, o Dr. **João Bosco** passou aos informes da reunião convidando o Dr. **Paulo Pasa**, representante da Caritas Brasileira, organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, para informe sobre a Campanha da Fraternidade 2004. Disse o representante da Caritas que desde o ano de 1985 a CNBB desenvolvia campanhas com temas de cunho social e destacou o tema para esse ano de 2004: “Fraternidade e Água”. Disse que, a partir do final do próximo mês de fevereiro, 268 dioceses e 9000 paróquias em todo o País estariam discutindo o tema. Destacou que o grande objetivo da campanha é mobilizar a sociedade em torno desse bem, a água. Fez ainda comentários sobre o texto base elaborado para a campanha. Ao final, o Dr. **João Bosco** informou que a SRH/MMA apoiará estas ações junto às dioceses. O Conselheiro **Rui Brasil** recomendou voto de louvor a CNBB pela iniciativa,

379 reforçando que a SRH/MMA deveria apoiar a Campanha, subsidiando as ações da  
380 CNBB no que fosse possível. Ao final, o Dr. **João Bosco** agradeceu a presença do Dr.  
381 Paulo Pasa. O Conselheiro **Fernando Becker** solicitou que as matérias não analisadas  
382 nesta reunião fossem os primeiros itens de pauta da próxima. Em seguida, às 17:35  
383 horas, o Secretário **João Bosco Senra** deu por encerrada a X Reunião Ordinária do  
384 Conselho Nacional de Recursos Hídricos e disse que, uma vez aprovada pelo Plenário  
385 do CNRH, a presente ata seria assinada por ele, Secretário Executivo do CNRH, e pela  
386 Ministra Marina Silva, Presidente do CNRH.

387  
388 Ata aprovada na XIII Reunião Extraordinária do CNRH, realizada em 26/março/2004.

389  
390

391 MARINA SILVA  
392 Presidente

JOÃO BOSCO SENRA  
Secretário Executivo